CENTRAIS ELÉTRICAS CACHOEIRA DOURADA S.A.

endesa cachoeira

CNPJ Nº 01.672.223/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA (Endesa Cachoeira) submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Endesa Cachoeira é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. **1) Perfil:** As Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA é uma geradora hidrelétrica situada no Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, distante 240 km de Goiânia. Criada na década de 1950 e constituída como sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pelo Grupo Endesa España, que possui 99,6% de seu capital. Com 658 MW de capacidade instalada, subdivididos em 10 unidades geradoras, possui 415 MW de energia assegurada. Em 2012, a usina gerou 3.722 GWh e vendeu 4.344 GWh de energia, atendendo 76 clientes, entre clientes livres, comercializadores e distribuidoras de energia de todo o Brasil. A Endesa Cachoeira conta com 6,3 km de linhas aéreas de transmissão, sendo 2,8 km de média-tensão e 3,5 km de alta-tensão.

2) Principais Indicadores:

Principais Indicadores	2012	2011	Var%
Potência instalada (MW)	658	658	0%
Energia assegurada (MW)	415	415	0%
Venda de energia elétrica (GWh/ano)	4.344	3.986	9%
Energia gerada (GWh/ano)	3.722	3.121	19%
Patrimônio líquido (R$ mil)	1.030.616	1.122.833	-8%
Ativo total (R$ mil)	1.194.059	1.335.070	-11%
Lucro líquido do exercício (R$ mil)	374.904	358.886	4%
Lucro Líquido por ação (R$)	0,13	0,12	4%
Valor patrimonial por ação (R$)	0,35	0,38	-8%
Número de colaboradores próprios	69	69	0%
Número de colaboradores parceiros	80	103	-22%

3) Desempenho Operacional: Em 2012, foi gerado o montante de 3.722 GWh (3.121 GWh em 2011). O fator de carga da usina foi de 66,7 MW. De acordo com a resolução nº 420 da ANEEL, a Endesa Cachoeira confirmou sua capacidade de geração nas unidades geradoras 05, 06, 09 e 10. Além disso, confirmou sua potência de 658 MW. Foram registradas, em 2012, paradas planejadas para modernização das unidades geradoras 01, 02, 03, 07, 08 e 09. O índice de disponibilidade acumulado foi de 98,1%. **4) Investimentos:** Os investimentos em 2012 somaram R$ 12,9 milhões (R$ 4,3 milhões em 2011), sendo R$ 11,6 milhões (90%) destinados as atividades de reforço, modernização e ampliação da usina e R$ 1,3 milhões (10%) destinados a projetos relacionados à itens de segurança e meio ambiente. Dentre os principais investimentos realizados, destacam-se a modernização das unidades geradoras 05, 06 e 08.

5) Desempenho Econômico:

Valores em R$ Mil	2012	2011	Var. % (1)
Receita operacional bruta	623.266	438.162	42%
Deduções da receita bruta	-39.123	-28.480	37%
Receita operacional líquida	584.143	409.682	43%
Custos da operação e despesas operacionais	-217.886	-132.417	65%
EBITDA(2)	447.838	337.569	33%
Margem EBITDA	**77%**	**82%**	**-6 p.p.**
EBIT(3)	366.257	277.265	32%
Margem EBIT	**63%**	**68%**	**-5 p.p.**
Resultado financeiro	42.938	146.661	-71%
Imposto de renda e contribuição social	-34.291	-65.040	-47%
Lucro líquido	374.904	358.886	4%
Margem líquida	**64%**	**88%**	**-23 p.p.**
Lucro por ação (R$/mil ações)	0,13	0,12	4%

(1) Variação entre 2012 e 2011
(2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações
(3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 42%, decorrente da política comercial adotada pela Companhia e do maior volume de energia vendida. Este aumento se refletiu também nas deduções à receita operacional que apresentaram um incremento de 37%. Os custos da operação e as despesas operacionais apresentaram aumento de 65%, decorrente de reajustes contratuais por inflação e aumento do uso do sistema de distribuição/transmissão, dado a maior quantidade de energia gerada. Estas variações resultaram em um EBITDA de R$ 448 milhões, 33% superior ao apresentado em 2011 (R$ 338 milhões). A margem EBITDA ficou em 77%, 6 pontos percentuais abaixo do verificado no ano anterior. O resultado financeiro apresentou redução de 71%, devido à receita financeira oriunda do acordo de liquidação de dívida comercial junto à CELG registrada em 2011. Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R$ 375 milhões, 4% superior ao apresentado em 2011 (R$ 359 milhões). A margem líquida fechou em 64%, apresentando uma redução de 23 pontos percentuais frente a 2011. **6) Responsabilidade Socioambiental:** O compromisso da Endesa Cachoeira com o desenvolvimento sustentável nos negócios se manifesta em diferentes ações e sistemas. Objetivos, metas e indicadores são estabelecidos e monitorados de forma global, por meio de planejamento estratégico, e nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Dentre as atividades realizadas em 2012 junto às comunidades com as quais se relaciona, a empresa beneficiou 5.665 pessoas, com um investimento de cerca de R$ 193,5 mil. Entre as diversas iniciativas, destacam-se os seguintes projetos: • Cursos profissionalizantes em parceria com o Senai para capacitação e geração de renda nas comunidades locais. Em 2012 foram realizados seis tipos de cursos, atendendo a 125 alunos; • Reforma do espaço e aquisição de equipamentos para o parque recreativo do Instituto Novo Goiás; • Patrocínio e apoio à IV Feira do Empreendedor de Itumbiara, VII Fórum de Contabilidade e XII mostra de Software (Fórum ULBRA) que beneficia o público acadêmico e empresarial das cidades de Itumbiara, Cachoeira Dourada de Goiás e arredores; • Parcerias para criação da Escola de Música Sinfonia do Amanhã em Cachoeira Dourada de Goiás que, a partir de 2013 irá beneficiar diretamente 50 estudantes das comunidades no entorno da usina; • Ações do programa de Voluntariado Corporativo da Endesa Brasil - Rede do Bem – beneficiaram 03 instituições, 1.660 pessoas, e envolveram 410 funcionários voluntários. • Projeto Teatro de Brinquedo, integrante do Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura, visa contribuir na qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas, utilizando o texto teatral como ferramenta. A Endesa Cachoeira é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão. Entre as atividades ambientais, destacam-se o reflorestamento do entorno do reservatório, o qual propicia a recuperação da mata ciliar com o plantio de 90 mil mudas nativas do Cerrado em uma área de 54 hectares. A iniciativa é voluntária, uma vez que as áreas em processo de recuperação não foram afetadas pela usina. **7) Reconhecimentos e Premiações: Guia Você S/A - Exame** – Endesa Geração ingressou na lista das "150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", segundo o Guia Você S/A-Exame, considerado referência nacional em clima organizacional e gestão de pessoas. **Great Place to Work (GTPW)** – Endesa Geração ficou entre as "30 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de janeiro" e entre as "100 melhores para Trabalhar no Brasil", em 2012. **Prêmio Aberje de Comunicação Empresarial** – Endesa Cachoeira recebeu o premio Aberje de Comunicação Empresarial de 2012, por melhor Mídia Audiovisual da Região Centro Oeste, pelo documentário 781, que mostra a turnê da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás na Espanha. O Prêmio Aberje reconhece as melhores práticas do setor no país, contribuindo para o fortalecimento da visão estratégica de comunicação das empresas e instituições.

8) Composição Acionária

Composição Acionária – Ações Ordinárias (em mil ações)	2012	%	2011	%
Endesa Brasil	2.914.519	99,6%	2.914.519	99,6%
Outros	7.186	0,3%	7.186	0,3%
Ações em Tesouraria	4.346	0,1%	4.346	0,1%
Total	2.926.051	100,0%	2.926.051	100,0%

9) Auditores Independentes: A Companhia firmou contrato com a Ernst&Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais, para um período de 5(cinco) anos. A Ernst &Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **10) Agradecimentos:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2012 tornaram-se efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/1/2011
Ativo			Reapresentado	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	**252.475**	139.451	71.039
Títulos e valores mobiliários	5	**65.991**	172.480	90.036
Concessionárias, concessionárias e permissionários	6	**85.734**	112.769	168.850
Partes relacionadas	14	**1.053**	1.071	181
Tributos a compensar	7	**8.124**	6.563	11.211
Outros créditos		**12.275**	5.030	5.007
Total do ativo circulante		**425.652**	437.364	346.324
Não circulante				
Concessionárias, concessionárias e permissionários	6	**–**	60.375	–
Tributos diferidos	8	**9.633**	9.633	11.360
Depósitos vinculados a litígios	9	**19.756**	20.036	18.997
Imobilizado	10	**736.364**	806.275	862.290
Intangível		**2.654**	1.387	1.486
Total do ativo não circulante		**768.407**	897.706	894.133
Total dos ativos		**1.194.059**	1.335.070	1.240.457

Passivo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/1/2011
Circulante				
Fornecedores	11	**28.560**	25.257	21.126
Folha de pagamento		**1.530**	1.995	1.706
Obrigações fiscais	12	**13.851**	63.360	17.616
Dividendos a pagar		**252**	35	–
Taxas regulamentares		**4.365**	5.078	3.016
Parcelamento de tributos	13	**5.335**	2.878	4.320
Partes relacionadas	14	**93**	96	231
Programa de pesquisa e desenvolvimento	15	**14.406**	11.537	9.654
Outras obrigações		**2.567**	2.404	2.356
Total do passivo circulante		**70.959**	112.640	60.025
Não circulante				
Tributos diferidos	8	**82.710**	82.710	82.710
Parcelamento de tributos	13	**3.226**	12.602	15.714
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	**6.548**	4.285	10.957
Total do passivo não circulante		**92.484**	99.597	109.381
Patrimônio líquido	17			
Capital social		**289.340**	289.340	289.340
Ações em tesouraria		**(278)**	(278)	(278)
Reserva de capital		**346.839**	346.839	346.839
Reservas de lucros		**7.693**	7.693	7.693
Proposta de distribuição de dividendos adicional		**142.996**	179.291	92.660
Outros resultados abrangentes		**244.026**	299.948	334.797
Total do patrimônio líquido		**1.030.616**	1.122.833	1.071.051
Total dos passivos e patrimônio líquido		**1.194.059**	1.335.070	1.240.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida	18	**584.143**	409.682
Custo do serviço	19	**(206.695)**	(136.706)
Lucro bruto		**377.448**	272.976
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	19	**(2.196)**	11.994
Despesas gerais e administrativas	19	**(8.995)**	(7.705)
Total das receitas (despesas) operacionais		**(11.191)**	4.289
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**366.257**	277.265
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	**48.732**	147.210
Despesas financeiras	20	**(5.794)**	(549)
		42.938	146.661
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		**409.195**	423.926
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		**(34.291)**	(63.313)
Diferidos		**–**	(1.727)
Lucro líquido do exercício		**374.904**	358.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		**374.904**	358.886
Ouros resultados abrangentes		**–**	–
Resultado abrangente do exercício		**374.904**	358.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

				Reservas de capital							
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Doações e subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizado em curso	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		289.340	(278)	126.831	219.970	38	334.797	7.693	–	92.660	1.071.051
Realização do custo atribuído		–	–	–	–	–	(34.849)	–	34.849	–	–
Aprovação de dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	–	–	(92.660)	(92.660)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	358.886	–	358.886
Destinações											
Dividendo mínimo obrigatório	17	–	–	–	–	–	–	–	(214.444)	–	(214.444)
Dividendos adicionais	17	–	–	–	–	–	–	–	(179.291)	179.291	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011		289.340	(278)	126.831	219.970	38	299.948	7.693	–	179.291	1.122.833
Realização do custo atribuído		–	–	–	–	–	(55.922)	–	55.922	–	–
Aprovação de dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	–	–	(179.291)	(179.291)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	374.904	–	374.904
Destinações											
Dividendo intercalares		–	–	–	–	–	–	–	(287.830)	–	(287.830)
Dividendos adicionais	17	–	–	–	–	–	–	–	(142.996)	142.996	–
Reserva de reforço de capital de giro		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012		289.340	(278)	126.831	219.970	38	244.026	7.693	–	142.996	1.030.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**374.904**	358.886
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Depreciação e amortização	**81.581**	60.304
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**3.033**	(6.672)
Tributos e contribuição social diferidos	**–**	1.727
Encargos financeiros	**1.305**	–
(Aumento) redução nos ativos:		
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	**87.410**	(4.294)
Tributos a compensar	**(1.561)**	4.648
Partes relacionadas	**18**	(890)
Outros créditos e ativos	**(7.245)**	(23)
Depósitos vinculados a litígios	**280**	(1.039)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	**3.303**	4.131
Folha de pagamento	**(465)**	289
Obrigações fiscais	**(49.509)**	45.744
Partes relacionadas	**(3)**	(135)
Taxas regulamentares	**(713)**	2.062
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	**1.935**	1.883
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(770)**	–
Outras obrigações e contas a pagar	**380**	83
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**493.883**	466.704
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	**106.489**	(82.444)
Aplicações no imobilizado e no intangível	**(12.937)**	(4.190)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**93.552**	(86.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Parcelamento especial	**(7.290)**	(4.554)
Dividendos pagos	**467.121**	(307.104)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(474.411)**	(311.658)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**113.024**	68.412
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**139.451**	71.039
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**252.475**	139.451
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**113.024**	68.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010)
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais - A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("Companhia" ou "CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM 0 - Cachoeira Dourada – Estado de Goiás, é uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás - CELG, da qual foram transferidos os bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da CELG na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996. Conforme descrito na Nota 2.18, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado do exercício findo naquela data. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013. **2. Principais políticas contábeis - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.3. Informações por segmento:** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões *(chief operating decision maker*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - geração de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento". **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações. Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** 2.5.1. Ativo financeiro: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de concessionárias, permissionárias e consumidores livres, depósitos vinculados a litígios e outros ativos financeiros. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. • Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. 2.5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários. 2.5.1.2. Concessionários, permissionários e consumidores livres: As contas a receber de concessionários, permissionários e consumidores livres referem-se aos créditos de venda de energia comercializados até a data do balanço e contabilizados pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, o que faz com que tal ajuste não apresente um efeito relevante nas demonstrações financeiras. 2.5.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.5.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.5.3. Passivos financeiros: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Mantidos para negociação: Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38") , a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.5.4. Instrumentos financeiros: apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.5.5. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.6. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado foram avaliados pelo valor justo como custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para as normas que contemplam os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, deduzidos das respectivas depreciações. A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado preparado por empresa especializada, conforme mencionado na Nota 10. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Critérios para a determinação do custo atribuído (*deemed cost*):** Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 - Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia contratou uma empresa especializada para proceder à avaliação do valor justo dos seus ativos e revisão das vidas úteis, na data-base 31 de dezembro de 2008, para os bens totalmente depreciados. A avaliação patrimonial compreendeu a inspeção física e a mensuração dos ativos, de acordo com normas e diretrizes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, define os métodos para determinação dos valores e visa os graus de fundamentação e precisão das avaliações, entre outras prescrições. O escopo da avaliação patrimonial compreendeu todos os ativos relacionados à Usina Hidrelétrica Cachoeira Dourada. O laudo de avaliação foi elaborado considerando o conceito de valor justo dos ativos, incorporando também premissas de avaliação estabelecidas pela ANEEL, visto que os ativos são vinculados à concessão de geração de energia e, conforme estabelecido no contrato de concessão, são reversíveis à União, mediante indenização. Conforme estabelecido no item 15 do ICPC 10, o laudo de avaliação foi aprovado em Reunião de Diretoria realizada em 25 de abril de 2011, efetivando dessa forma a avaliação dos ativos, mediante o registro contábil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2009. **2.7. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências

continua

identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.9. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o Imposto de renda e Contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240.000 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). **2.11. Taxas regulamentares:** A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias. As principais taxas regulamentares são as seguintes: 2.11.1. Reserva Global de Reversão (RGR): Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, calculados à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. 2.11.2. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. 2.11.3. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida. **2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). **2.13. Participações nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **2.14. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. **2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). **2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros; Evidenciação ("CPC 40"). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7"). • ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"); A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18"); A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - Investments in Associates. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"); A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17"); A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - Construction Contracts. • CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30"); A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - Revenue. • CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35"); A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - Separate Financial Statements. **2.17. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:** Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"); A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"); A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45"); O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"); A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"). O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **2.18. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:** Durante o quarto trimestre do exercício de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e para 1 de janeiro de 2011 (equivalente aos saldos de 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado. Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

Balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2011			01 de janeiro de 2011		
	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	254.417	(114.966)	139.451	71.039	–	71.039
Títulos e valores mobiliários	57.514	114.966	172.480	90.036	–	90.036

Esses ajustes também foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na tabela abaixo. **Demonstração dos fluxos de caixa:**

	31 de dezembro de 2011		
	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(57.758)	(28.876)	(86.634)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.039	–	71.039
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	254.417	(114.966)	139.451

As Notas 4 e 5 estão sendo reapresentadas com o objetivo de demonstrar os saldos modificados e as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente. As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as suas mutações), demonstrações do resultado e do resultado abrangente. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíves, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições me que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011
Caixa e depósitos bancários	**66.178**	235	2.093
Aplicações financeiras	**186.297**	139.216	68.946
Total	**252.475**	139.451	71.039

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011
Aplicações diretas			
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**77.717**	9.238	–
Operações compromissadas	**42.884**	78.710	16.334
Total de aplicações diretas	**120.601**	87.948	16.334
Fundos exclusivos			
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**45.321**	18.925	14.334
Operações compromissadas	**20.375**	32.343	–
Cotas de fundos de investimentos	**–**	–	38.278
Total de fundos exclusivos	**65.696**	51.268	52.612
Total de aplicações financeiras	**186.297**	139.216	68.946

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	31/12/2012	31/12/2011 Reapresentado	01/01/2011
Fundos de investimentos exclusivos			
Títulos públicos	**30.074**	24.361	71.611
Cotas de fundos de investimentos	**31.358**	147.333	–
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**–**	–	–
Operações compromissadas	**–**	–	12.928
Outros	**4.559**	786	5.497
Total de fundos exclusivos	**65.991**	172.480	90.036
Total de títulos e valores mobiliários	**65.991**	172.480	90.036

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

6. Concessionárias, permissionárias e consumidores livres

	A vencer			Vencidos a mais de 90 dias			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Companhia Energética de Goiás – CELG	136	125.375	–	–	–	147.658	136	125.375	147.658
Energia Elétrica- CCEE	16.097	6.744	4.567	–	–	–	16.097	6.744	4.567
Leilão Energia – CCEAR	12.823	11.692	10.539	2.048	1.707	–	14.871	13.399	10.539
Clientes livres	24.272	23.784	19.211	3.906	3.842	232	28.178	27.626	19.443
Enertrade Energy	26.452	–	–	–	–	–	26.452	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–	–	(13.357)	–	–	(13.357)
Total	79.780	167.595	34.317	5.954	5.549	134.533	85.734	173.144	168.850
Circulante							85.734	112.769	168.850
Não circulante							–	60.375	–

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía um contas a receber com a Companhia Energética de Goiás - CELG no valor de R$125.375, o qual foi recebido R$65.000 em maio de 2012 e R$65.060 em dezembro de 2012. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2011	(13.357)
(Adições) baixas	13.357
Saldo em 31 de dezembro de 2011	–
(Adições) baixas	–
Saldo em 31 de dezembro de 2012	–

7. Tributos a compensar

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2011
Imposto de renda e contribuição social	**6.285**	5.978	10.070
PIS e COFINS	**1.839**	585	1.141
Total	**8.124**	6.563	11.211

8. Tributos Diferidos: A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a Companhia passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. O imposto diferido ativo está registrado no valor de R$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a Companhia. O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da Companhia, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo. O imposto diferido passivo está registrado no valor de R$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da Companhia. O saldo deste passivo será realizado partir de 2015, quando a Companhia passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS. O saldo dos impostos diferidos passivos foram calculados da seguinte forma:

Impostos diferidos sobre o custo atribuído (34%)	**165.651**
Impostos diferidos não reconhecidos	**(82.941)**
Impostos diferidos reconhecidos	**82.710**

9. Depósitos vinculados a litígios

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2011
Trabalhistas	**–**	30	30
Cíveis	**–**	1.086	1.078
Fiscais	**19.756**	18.920	17.889
Total	**19.756**	20.036	18.997

O saldo de depósitos fiscais é composto substancialmente pela base negativa de contribuição social (CSLL). A Companhia recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). Posteriormente a Secretaria da Receita Federal cobrou tais valores e a Companhia ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria.

10. Imobilizado

Descrição	Vida útil média em anos	Custo histórico 31/12/2012	Custo histórico 31/12/2011	Custo histórico 01/01/2011	Depreciação acumulada 31/12/2012	Depreciação acumulada 31/12/2011	Depreciação acumulada 01/01/2011	Imobilizado líquido 31/12/2012	Imobilizado líquido 31/12/2011	Imobilizado líquido 01/01/2011
Geração										
Terrenos		**1.139**	1.139	1.139	**–**	–	–	**1.139**	1.139	1.139
Reservatórios	**46**	**241.424**	241.424	240.952	**(148.477)**	(143.529)	(138.586)	**92.947**	97.895	102.366
Edificações	**30**	**106.432**	106.432	104.426	**(77.153)**	(74.596)	(71.503)	**29.279**	31.836	32.923
Máquinas e equipamentos	**34,56**	**2.164.184**	2.163.477	2.146.437	**(1.581.721)**	(1.508.233)	(1.458.807)	**582.463**	655.244	687.630
Veículos	**7**	**745**	598	598	**(558)**	(571)	(537)	**187**	27	61
Móveis e utensílios	**16**	**530**	530	396	**(363)**	(349)	(334)	**167**	181	62
		2.514.454	2.513.600	2.493.948	**(1.808.272)**	(1.727.278)	(1.669.767)	**706.182**	786.322	824.181
Administração										
Terrenos		**24**	24	24	**–**	–	**–**	**24**	24	24
Edificações	**30**	**2.212**	2.212	2.193	**(977)**	(903)	(815)	**1.235**	1.309	1.378
Máquinas e equipamentos	**10**	**1.528**	1.528	1.535	**(991)**	(819)	(723)	**537**	709	812
Veículos	**7**	**48**	126	126	**(48)**	(126)	(126)	**–**	–	–
Móveis e utensílios	**16**	**1.323**	1.325	1.323	**(1.219)**	(1.202)	(1.160)	**104**	123	163
		5.135	5.215	5.201	**(3.235)**	(3.050)	(2.824)	**1.900**	2.165	2.377
Total do imobilizado em serviço		**2.519.589**	2.518.815	2.499.149	**(1.811.507)**	(1.730.328)	(1.672.591)	**708.082**	788.487	826.558
Em curso:										
Geração		**27.466**	17.198	35.359	**–**	–	**–**	**27.466**	17.198	35.359
Administração		**816**	590	373	**–**	–	**–**	**816**	590	373
Total do imobilizado em curso		**28.282**	17.788	35.732	**–**	–	**–**	**28.282**	17.788	35.732
Saldo imobilizado		**2.547.871**	2.536.603	2.534.881	**(1.811.507)**	(1.730.328)	(1.672.591)	**736.364**	806.275	862.290

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Em serviço Custo	Em serviço Depreciação acumulada	Em serviço Valor líquido	Em curso Valor líquido	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	2.499.149	(1.672.591)	826.558	35.732	862.290
Adições	–	(60.010)	(60.010)	4.186	(55.824)
Baixas	(2.464)	2.273	(191)	–	(191)
Transferência	22.130	–	22.130	(22.130)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.518.815	(1.730.328)	788.487	17.788	806.275
Adições	**–**	**(81.296)**	**(81.296)**	**11.385**	**(69.911)**
Baixas	**(117)**	**117**	**–**	**–**	**–**
Transferência	**891**	**–**	**891**	**(891)**	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**2.519.589**	**(1.811.507)**	**708.082**	**28.282**	**736.364**

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração entende que a Companhia sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **Reversão dos bens à União:** Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura da Companhia. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 31 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar em torno de 37 anos, o que corresponde ao acréscimo de 6 anos em relação à vida útil econômica média anterior. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

11. Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Custo pelo uso do sistema de transmissão	**18.665**	21.713	10.180
Câmara Controle de Energia Elétrica - CCEE	**5.967**	604	1.894
Materiais e serviços	**3.811**	2.002	7.706
Outros	**117**	938	1.346
Total	**28.560**	25.257	21.126

12. Obrigações Fiscais

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
IRPJ e CSLL	**11.019**	54.845	9.900
ICMS	**298**	4.352	5.015
COFINS	**1.797**	3.705	1.904
PIS	**390**	137	354
INSS	**213**	180	361
Outros	**134**	141	82
Total	**13.851**	63.360	17.616

13. Parcelamento de tributos: No primeiro trimestre de 2001, com base na Resolução nº 7/2000, do Comitê Gestor do REFIS, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, mediante apresentação da "Declaração REFIS" na qual foi contemplado o saldo devedor consolidado de imposto de renda sobre depreciação acelerada, no montante de R$33.628, mais encargos de multa e juros correspondentes. O pagamento está sendo realizado em prestações mensais equivalentes a 1,2% da receita bruta mais juros mensais de acordo com a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). O montante pago no exercício de 2012 foi de R$7.290 (R$5.126 em 2011). O montante da dívida em 31 de dezembro de 2012 é de R$8.561 (R$15.480 em 2011), respectivamente, sendo os montantes classificados no circulante e não circulante de R$5.335 e R$3.226 em 2012 e de R$2.878 e R$12.602 em 2011, respectivamente.

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Saldo inicial	**15.480**	20.034	24.076
(-) Pagamentos	**(7.290)**	(5.126)	(4.778)
(+) Atualização	**371**	572	736
Saldo final	**8.561**	15.480	20.034
Circulante	**5.335**	2.878	4.320
Não circulante	**3.226**	12.602	15.714

A Companhia mantém uma carta de fiança junto ao Banco Itaú no valor total devido como garantia deste programa. A Companhia possui a previsão de pagamentos das parcelas do REFIS registradas no passivo não circulante no decorrer do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

14. Partes relacionadas: As transações da Companhia com partes relacionadas são como segue:

31/12/2012

	Natureza das operações	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Suprimento de energia elétrica	Despesas operacionais
Ampla Energia e Serviço S.A.	Venda de energia elétrica	**586**	**–**	**5.379**	**–**
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	Transporte de energia elétrica	**–**	**93**	**–**	**841**
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	Venda de energia elétrica	**467**	**–**	**3.840**	**–**
Total		**1.053**	**93**	**9.219**	**841**

31/12/2011

	Natureza das operações	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Suprimento de energia elétrica	Despesas operacionais
Ampla Energia e Serviço S.A.	Venda de energia elétrica	618	–	5.442	–
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	Transporte de energia elétrica	–	96	–	589
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	Venda de energia elétrica	453	–	3.801	–
Total		1.071	96	9.243	589

01/01/2011

	Natureza das operações	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Dividendos	Suprimento de energia elétrica	Despesas operacionais
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	Venda de energia elétrica	181	–	–	3.641	–
Synapsis	Prestação de serviços	–	231	65.127	–	231
Endesa Brasil S.A	Dividendos	–	–	–	–	–
Total		181	231	65.127	3.641	231

a) Venda de energia: A venda de energia feita à COELCE seu deu pelo 2º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005. O Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1º de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MW Médios. No ano de 2012 esse contrato totalizou um montante de R$9.219 (R$9.243 em 2011 e R$3.641 em 1º de janeiro de 2011) em gastos com energia elétrica. Desse montante de 2012, R$3.840 faz parte do contrato com a Coelce e R$5.379 faz parte do contrato com a Ampla Energia. **Remuneração da administração:** A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R$1.108 (R$1.087 em 2011 e R$1.637 em 1º de janeiro de 2011). **15. Programa de pesquisa e desenvolvimento**

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	**14.087**	11.290	9.140
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	**213**	165	332
Ministério de Minas e Energia - MME	**106**	82	182
Total	**14.406**	11.537	9.654

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. De acordo com a resolução nº 316, de 13 de maio de 2008, a Companhia efetua os registros contábeis das obrigações com o Programa pesquisa e desenvolvimento tecnológico no mês de competência do faturamento gerador de tais obrigações e as corrige pela taxa SELIC até o mês do efetivo desembolso financeiro desses recursos. A legislação determina que as hidrelétricas recolham 6,75% do valor obtido com a geração de energia a título de Compensação Financeira por utilização de recursos hídricos. O encargo é previsto na Constituição Federal e os recursos arrecadados são distribuídos por sistema de rateio. Desse percentual, 6% são divididos entre municípios, estados, ministérios de Minas e Energia (MME) e do Meio Ambiente (MMA) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT). O restante - 0,75% - é destinado especificamente à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda são prováveis e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço.

	01/01/2011 Saldo acumulado	31/12/2011 Adições	31/12/2011 Reversões	31/12/2011 Saldo acumulado
Cíveis	445	182	9	636
Fiscais (a)	7.512	215	(7.078)	649
Ambientais (b)	3.000	–	–	3.000
Total	10.957	397	(7.069)	4.285

	31/12/2011 Saldo Acumulado	31/12/2012 Adições/ Reversões	31/12/2012 Atualização monetária	31/12/2012 Pagamentos	31/12/2012 Saldo Acumulado
Trabalhistas	–	**4**	**–**	**(3)**	**1**
Cíveis	636	**86**	**(103)**	**(135)**	**484**
Fiscais (a)	649	**1.274**	**1.772**	**(632)**	**3.063**
Ambientais (b)	3.000	**–**	**–**	**–**	**3.000**
Total	4.285	**1.364**	**1.669**	**(770)**	**6.548**

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foram estimada como prováveis. a) Compensação de débitos de CSLL e IRPJ: A Companhia efetuou compensação em 2005 de débitos de CSLL e IRPJ devidos por ajuste anual do ano 2000. De acordo com a Receita Federal, o direito creditório não é suficiente para pagar o valor devido uma vez que a Companhia não calculou corretamente os juros no pagamento efetuado em 2001 e não incluiu juros nem multa na compensação efetuada em 2005. Em sua defesa, a Companhia argumenta que seu crédito é suficiente.

continua

CENTRAIS ELÉTRICAS CACHOEIRA DOURADA S.A.

CNPJ Nº 01.672.223/0001-68

Entretanto, tendo em vista os erros formais no procedimento de compensação, a Companhia optou por constituir provisão no valor atualizado em dezembro de 2012 de R$2.578. A Companhia apresentou impugnação em primeira instância administrativa que foi julgada improcedente em 30 de novembro de 2011. Após a decisão foi apresentado Recurso Voluntário, que, em 04 de outubro de 2012 foi julgado contra a Companhia. Aguarda-se intimação. b) Contingências ambientais: A provisão constituída no montante de R$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **Principais riscos possíveis**

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Trabalhistas	228	203	–
Cíveis	5.436	4.420	–
Fiscais (a)	16.805	15.303	16.051
	22.469	19.926	16.051

a) Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa: A Receita Federal do Brasil autuou a Companhia em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). A Companhia ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A Companhia apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R$16.094 (R$15.631 mil em dezembro de 2011 e R$14.905 em 1º de janeiro de 2011). A Companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R$711 em 31 de dezembro de 2012. **17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Endesa Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,60
Ações em tesouraria	–	–	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15
Outros	5.261.772	0,51	1.924.017	0,10	7.185.789	0,25
Total	1.031.120.660	100,00	1.894.930.206	100,00	2.926.050.866	100,00

Aos acionistas detentores de ações preferenciais tem assegurados dividendos fixos não cumulativos de 10% (dez por cento) ao ano, calculados sobre o valor do capital por eles representado, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo. Os detentores de ações ordinárias, após as deduções previstas no artigo 24 do Estatuto Social, também farão jus a dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das S.A. nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, dos quais serão deduzidos os dividendos fixos devidos aos detentores das ações preferenciais. b) Dividendo mínimo obrigatório

	31/12/2012	
	Dividendos totais	Por lote de R$ mil de ações
Lucro liquido do exercício	374.904	134,31
	25%	–
Dividendos mínimos obrigatórios	93.726	33,58
Ações preferenciais	60.698	33,58
Ações ordinárias	33.028	33,58
Dividendos efetivos no ano Intercalares	287.830	98,37
Ações preferenciais	186.401	98,37
Ações ordinárias	101.429	98,37
Dividendos adicionais	142.996	48,87
Ações preferenciais	92.605	48,87
Ações ordinárias	50.391	48,87

Por deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2012, foram deliberados dividendos no montante de R$179.291, referentes ao lucro líquido do exercício de 2011, sendo pago em dia 10 de junho de 2012. Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de novembro de 2012 foram deliberados dividendos no montante de R$287.830 sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e referentes ao lucro líquido apurado até setembro de 2012. O montante foi pago no dia 10 de dezembro de 2012. c) Dividendo adicionais: O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2012, além dos dividendos deliberados antecipadamente sob a forma de dividendos intercalares pelo Conselho de Administração da Companhia, no montante de R$287.830, a Administração está propondo dividendos adicionais de R$142.996, perfazendo o total de distribuição proposto de R$430.826. d) Reserva legal: A Companhia não constitui reserva legal em 2012 e 2011 face ao fato das reservas de capital, exceder em mais de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme disposto no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. e) Reservas de capital: As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, com saldo em 31 de dezembro 2012 e 2011 de R$126.831 e R$219.970, respectivamente, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia, conforme mencionado na Nota 1. **18. Receita líquida:**

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	623.179	438.135
Outras receitas	87	27
Total	623.266	438.162
Deduções da receita bruta		
PIS/PASEP	(4.567)	(2.848)
COFINS	(20.802)	(13.145)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.841)	(3.683)
Quota para reversão global de reversão	(7.913)	(8.804)
Total	(39.123)	(28.480)
Receita líquida	584.143	409.682

19. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	7.144	1.369	3.142	11.655	13.354
Administradores	–	–	1.107	1.107	808
Material	648	–	23	671	1.104
Serviços de terceiros	3.603	581	2.322	6.506	5.542
Energia comprada para revenda	45.633	–	–	45.633	1.989
Transporte de potência de energia	46.030	–	–	46.030	43.734
Depreciação e amortização	81.243	–	338	81.581	60.304
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	–	1.364	1.364	397
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–	(13.357)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	18.305	–	–	18.305	15.959
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.975	–	–	1.975	805
Outras despesas operacionais	2.114	246	699	3.059	1.778
Total	206.695	2.196	8.995	217.886	132.417

20. Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	31.359	25.669
Atualização monetária - CELG	11.530	117.655
Outras receitas financeiras	5.843	3.886
Total	48.732	147.210
Despesas financeiras		
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.669)	–
Variações monetárias diversas	(55)	–
Despesas bancárias	(21)	(20)
Encargos sobre tributos	(371)	(529)
Correção P&D	(934)	–
Outras despesas	(2.744)	–
Total	(5.794)	(549)
Resultado financeiro	42.938	146.661

21. Imposto de renda e contribuição social: As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta Companhia, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Faturamento - suprimento de energia	623.179	438.135	623.179	438.135
Alíquota aplicável	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	49.854	35.051	74.781	52.576
Demais receitas	56.355	146.458	56.355	146.458
Base de cálculo	106.209	181.509	131.136	199.034
Alíquota aplicável do imposto de renda (15%) e da contribuição social (9%)	15%	15%	9%	9%
	15.931	27.226	11.802	17.913
Alíquota aplicável do adicional de imposto de renda (10%)	10.597	18.127	–	–
Ajuste de IRPJ e CSLL sobre exercícios anteriores	354	47	(4.393)	–
Imposto de renda e contribuição social	26.882	45.400	7.409	17.913

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais: A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado. **Fatores de risco:** Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios: a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes. b) Risco hidrológico: De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia. **Valorização dos instrumentos financeiros:** O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Categoria	Nível	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					Reapresentado	Reapresentado		
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	252.475	252.475	139.451	139.451	71.039	71.039
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	65.991	65.991	172.480	172.480	90.036	90.036
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	Empréstimos e recebíveis	–	85.734	85.734	173.144	173.144	168.850	168.850
Depósitos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	–	19.756	19.756	20.036	20.036	18.997	18.997
Passivo								
Fornecedores	Outros passivos financeiros	–	28.560	28.560	25.257	25.257	21.126	21.357
Parcelamento de tributos	Outros passivos financeiros	–	8.561	8.561	15.480	15.480	20.034	20.034

Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata. **Valor justo hierárquico:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **23. Compromissos:** A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCEARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) no montante de R$2.290.985. **24. Participação nos resultados:** A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante estimado dessa participação para o exercício de 2012 foi de R$1.413 (R$1.143 em 2011). **25. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R$1.470.282, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R$676.884 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R$1.014.785. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R$525.292 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R$787.938 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco.

Riscos	Data de vigência De	Até	Importância segurada	Limite máximo de indenização
Risco operacional	31/10/2012	31/10/2013	R$1.470.282	R$1.014.785
Responsabilidade civil	31/10/2012	31/10/2013	N/A	R$787.938

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo
Vice-Presidente: Ana Claudia Gonçalves Rebello
Luis Larumbe Aragón

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidente: Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Técnico: José Ignácio Pires Medeiros
Diretor de Trading e Comercialização: Manuel Rigoberto Herrera Vargas
Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegle Moreira
Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco
Diretor Jurídico: Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor de Planejamento e Controle: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor Financeiro: Teobaldo José Cavalcante Leal

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Isabel Regina Barroso de Alcântara

CONTADOR RESPONSÁVEL

Claudio Roberto de Azevedo Ferreira - CRC RJ 078103/O-1 S-GO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA. Cachoeira Dourada - GO. Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase.** ***Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.*** Em 20 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.18, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4 - S - GO

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0 - S - GO